

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/9/2017

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, João Leite e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a incidência de roubos a cargas de medicamentos, o que, além de provocar prejuízos financeiros às empresas transportadoras, tem comprometido a distribuição de remédios em todo o Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Paula Maria Nasser Cury (3), subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (31/8/2017), e do Sr. Randal Bianchini Marins, promotor de justiça da 14ª Promotoria de Justiça de Governador Valadares (7/9/2017). A matéria constante na pauta deixa de ser apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Byanca Faria Lima, gestora de risco corporativo da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos, representando o Sr. Mário Celso Viveiros, gerente-geral da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos em Minas Gerais, e Bruna Vieira do Nascimento, coordenadora administrativa da DNG Transportes, representando a Sra. Joseli Gomes Stroppole, proprietária; e os Srs. Gustavo Barletta de Almeida, delegado de polícia titular da 2ª Delegacia Especializada de Repressão às Organizações Criminosas, representando o Sr. Hugo Malhano dos Santos, delegado, chefe do Departamento Estadual de Operações Especiais – Deoesp –, Luiz Antonio Rosa, proprietário da 3G LOG Transportes Ltda, Edson Finotti Zanatta, diretor executivo da 3G LOG Transportes Ltda, Wanderson José da Silva, subinspetor de Polícia da 6ª Delegacia Especializada de Repressão às Organizações Criminosas, Luciano Medrado, diretor técnico da Federação das Empresas de Transportes de Cargas de Minas Gerais, e Ivanildo Manoel dos Santos, assessor de segurança da Federação das Empresas de Transportes de Cargas de Minas Gerais. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra ao deputado Felipe Attiê, também autor do requerimento que deu origem ao

debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado João Magalhães. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.675/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências com vistas à destinação de uma viatura, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento de Polícia Militar localizado no Município de Divino das Laranjeiras;

nº 9.753/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o programa Leite pela Vida, que tem como responsável a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Sedinor;

nº 9.791/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Felipe Attiê, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e à Vigilância Sanitária do Estado, órgão que integra a Secretaria de Estado de Saúde, pedido de providências para a criação imediata de força-tarefa permanente e interinstitucional, voltada para a fiscalização de farmácias da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de todo o Estado em que haja suspeita de comercialização de medicamentos oriundos de crimes de roubos e furtos de cargas, conforme graves denúncias apresentadas em audiência pública desta comissão;

nº 9.793/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Felipe Attiê, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao comando-geral da Polícia Militar pedido de providências para a criação imediata de força-tarefa permanente e interinstitucional, com a participação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de Minas Gerais, com vistas a proceder à repressão qualificada aos crimes de roubos e furtos de cargas em todo o Estado;

nº 9.794/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Felipe Attiê, em que requerem seja encaminhado à Presidência da República e ao Ministério da Justiça pedido de providências com vistas a priorizar o aumento e a distribuição de efetivo da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal para o Estado de Minas Gerais, onde está a maior malha viária de rodovias federais do País, haja vista o considerável aumento da prática de roubos a agências bancárias com a utilização de explosivos, roubos de cargas em rodovias federais que atravessam o Estado e outras modalidades criminosas cuja competência originária de investigação e repressão constitui atribuição das forças federais de segurança pública;

nº 9.795/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao Centro Socioeducativo Governador Valadares, nesse município, com a presença do Sr. Randal Bianchini Marins, promotor de justiça, para verificar as instalações do local, bem como para averiguar as graves denúncias relacionadas ao Inquérito Civil nº 0105.17.005734-0, instaurado pela Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Valadares;

nº 9.796/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Felipe Attiê, em que requerem seja realizada visita às Superintendências Regionais da Polícia Federal bem como da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, considerando-se as graves denúncias apresentadas durante audiência pública desta comissão que debateu a incidência de roubos a cargas de medicamentos;

nº 9.798/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater supostos atos de abuso de autoridade, punição e perseguição eventualmente praticados pelo Maj. PM Sonalha Claudino Câmara dos Santos, comandante da 20ª Companhia do 16º Batalhão de Polícia Militar.

São recebidos pela presidência, e adiada a votação, em virtude da aprovação de requerimentos do deputado Cabo Júlio, os seguintes requerimentos:

nº 9.754/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 60º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 31/8/2017, em Nova Serrana, que possibilitou o salvamento de uma criança vítima de engasgamento;

nº 9.755/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 60º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 30/8/2017, em Nova Serrana, em que conseguiram evitar o cometimento de um suicídio;

nº 9.797/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Procuradoria Regional Eleitoral em Minas Gerais pedido de providências para que sejam devidamente apuradas denúncias quanto à utilização de espaços públicos para suposto proferimento de palestra por parte do ex-comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. QOR Marco Antônio Badaró Bianchini, manifesto candidato ao cargo de deputado federal nas eleições de 2018.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, amanhã, 13/9/2017, às 10h45min e às 16h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/9/2017

Às 16h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Antonio Lerin, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, e dos Srs. Anderson Ferreira, superintendente de Coordenação e Representação Parlamentar da Cemig (18/8/2017), e Alex Sandro Feil, superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Aneel (26/8/2017). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.618/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência de convidados para ouvir o deputado federal Marcos Pestana, relator da medida provisória da mineração, que altera a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários – Cfem –, sobre a referida medida provisória;

nº 9.619/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao presidente da República pedido de providências para que parte dos recursos da venda da Eletrobras sejam destinados às obras e às ações de revitalização do Rio São Francisco, que a destinação dos recursos seja proporcional à extensão do rio em cada estado e que esse compromisso seja inserido na medida provisória relativa à privatização;

nº 9.623/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública no Município de São João das Missões, para debater o desmatamento nas terras indígenas;

nº 9.802/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Caeté para debater as constantes quedas e oscilações de energia nesse município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Antônio Lerin – Leonídio Bouças.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/9/2017**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite, Lafayette de Andrada e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, discutir a precariedade das delegacias de polícia localizadas no interior do Estado, especialmente nas regiões do Vale do Aço, Rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha e Norte, haja vista as denúncias de falta de materiais básicos, como papel higiênico e canetas para os servidores públicos, além da insuficiência no efetivo de policiais. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do deputado Antônio Jorge, convidando esta Comissão para audiência pública destinada a debater a realidade das escolas públicas de Minas Gerais frente aos desafios do consumo e do tráfico de drogas, dia 20/9/17, às 15h30min, e do vereador João Binga, presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate às Drogas da Câmara Municipal de Santa Luzia, convidando esta Comissão para a audiência pública destinada a discutir a situação das companhias da Polícia Militar nesse município, a segurança nos bairros e escolas e os serviços prestados pela Polícia Civil em Santa Luzia. A presidência defere o pedido de diligência do relator, deputado João Magalhães, ao Projeto de Lei nº 3.175/2016, para que o presidente da instituição proceda a adequação aos objetivos apaqueanos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.661 a 6.674, 6.679, 6.689, 6.690, 6.738, 6.739, 6.741, 6.742, 6.762 a 6.764, 6.769, 6.770, 6.791 a 6.797, 6.838 a 6.846, 6.856, 6.857, com a Emenda nº 1, 6.858, 6.873, 6.876 a 6.878, 6.883, 8.449, 8.453, 8.460, 8.466 e 8.476 a 8.479/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 9.754 e 9.755/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.820/2017, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizada audiência pública para debater a mostra Queermuseu, realizada pelo Santander Cultural;

nº 9.824/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a determinar a transferência do Sd. PM Edson Borges Soares Junior da 10ª Companhia de Polícia Militar, no Município de Belo Horizonte, para algum município limítrofe ao Estado do Espírito Santo, mais especificamente próximo à cidade de Mantenópolis (ES), onde sua mãe reside e enfrenta sérios problemas de saúde;

nº 9.825/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.116, de 2017, de forma a instruir matéria legislativa em trâmite nesta Casa;

nº 9.827/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a determinar a transferência do Sd. PM Eduardo Aidano de Souza Godinho, nº 170479-0, da 83ª Companhia do 26º Batalhão de Polícia Militar, no Município de Itabira, para a cidade mais próxima a Contagem, onde seus pais ora residem;

nº 9.868/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação das Bases de Segurança Comunitárias, em especial no Bairro Padre Eustáquio;

nº 9.870/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, em São João Nepomuceno, o aumento da criminalidade e a necessidade de adoção de medidas para a melhoria da segurança pública local;

nº 9.871/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública, em São João Nepomuceno, para debater o aumento da criminalidade e a adoção de medidas para a melhoria da segurança pública local;

nº 9.872/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o aumento da criminalidade na região do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, diante dos relatos de disputas entre gangues, tiroteios e violência contra a população;

nº 9.873/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para o fornecimento de novos coletes à prova de disparos de arma de fogo aos policiais militares lotados em Manhuaçu e para o aumento do contingente policial do Alto Caparaó;

nº 9.874/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para o aumento do contingente policial em Manhuaçu e para a conclusão das obras em curso na unidade da Polícia Civil do município;

nº 9.875/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, em que requerem sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública, realizada em Manhuaçu, com as manifestações do Sr. Sebastião Carlos Barbosa, vice-prefeito de São João Nepomuceno, e do Sr. Francisco Batista Carilo, vereador do município, e pedido de providências para a realização de ações de inteligência policial de levantamento e monitoramento de alvos para a deflagração de ações de repressão criminal qualificada nesse município.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Tânia Maria Oliveira Alves, vice-presidente do Sindicato dos Servidores Administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais, e Andrea Claudia Vacchiano, ex-chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais, Edson José Pereira, vice-presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepol-MG –, representando o Sr. Mário José Correia Santos, presidente, Bertone Tristão, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais, Denílson Martins, presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Minas Gerais, Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, e Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos deputados Cabo Júlio e João Leite, também autores, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/9/2017

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola, membro da comissão, e o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as contribuições do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire para a área da educação, bem como a importância mundial de seu pensamento e obra. A seguir, comunica o recebimento de ofício do governador do Estado, indicando Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação para representá-lo nesta audiência. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores; Maria José da Silva, pedagoga e conselheira da Associação Cultural José Martí; Márcia de Fátima Nascimento Cruz, membro do Comitê de Mobilização Social pela Educação de Belo Horizonte; Neila Maria Batista Afonso, assessora de Diálogo Social da Secretaria de Estado de Governo – Segov; Fernanda de Oliveira Prates, membro da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens; Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, defensora pública de Direitos Humanos; e os Srs. Arnaldo Godoy, vereador do Município de Belo Horizonte; César Eduardo Moura, diretor do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação da Secretaria de Educação de Belo Horizonte, representando a secretária; e Mariano Alberto Isla Guerra, membro da Associação de Pedagogos de Cuba; e o Padre Henrique de Moura Faria, membro do Fórum Político Inter-religioso de Belo Horizonte. Em seguida, a presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2017.

Celise Laviola, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a convocação de candidatos aprovados em concurso público da Polícia Civil, com vistas a melhorar a atuação da polícia judiciária no Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Rodrigo Ribeiro de Matos, cidadão, encaminhando pelo Portal Fale com as Comissões denúncias contra a ação de agentes penitenciários da Penitenciária José Martinho Drummond, em Ribeirão das Neves, que dispararam armas de fogo no pátio da penitenciária durante visita dos parentes dos presos; e ofício do Sr. Phelipe Richard Souza Rodrigues, Líder Comunitário da Comunidade Pilar, do Bairro Olhos D'Água, nesta Capital, pedindo a ajuda da Comissão, pois o bairro vem sofrendo com o aumento da violência, o que gera pânico entre os moradores e uma permanente sensação de insegurança. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 14/9/2017: ofícios da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (13). A matéria constante na pauta deixa de ser apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência

pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Carlos Calazans, assessor de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando o Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário, Edson José Pereira, vice-presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepol-MG –, representando o Sr. Mário José Correia Santos, presidente, Paulo Fernando Silveira, diretor do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG –, representando o Sr. Bertone Tristão, presidente, Daniel Guimaraes Rocha, diretor social do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas –, representando o Sr. Marco Antonio de Paula Assis, presidente, Denilson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil – Sindpol-MG –, e José Augusto Gonçalves Neto, representante dos aprovados em concurso público da Polícia Civil. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Dirceu Ribeiro e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer dos relatores, deputada Celise Laviola e deputado Thiago Cota, sobre o Projeto de Lei nº 2.882/2015, que conclui por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1 apresentado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 16h5min, para apreciar o parecer do Projeto de Lei nº 2.882/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2017.

Celise Laviola, presidente – Thiago Cota – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017

Às 15h43min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Gil Pereira (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta, Bráulio Braz, Felipe Attiê e Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o projeto da Copasa-MG de fazer uma barragem no Rio Pacuí visando o abastecimento de água no Município de Montes Claros. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Sirleia Márcia de Oliveira Drumond, conselheira do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitai e Pacuí, representando o presidente; e os Srs. Antonio Edmundo Pereira de Souza, presidente da Câmara Municipal de São João da Lagoa, representando o prefeito; José Raul Reis, prefeito da Lagoa dos Patos e presidente da Amesf; Robson Adalberto Mota Dias, prefeito de Coração de Jesus; José Geraldo Alves de

Almeida, prefeito de Ponto Chique; Larravardierie Batista Cordeiro, prefeito de Ibiaí; Ronaldo Mota Dias, secretário executivo, representando o prefeito de Bonito de Minas e presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amams; Alex Moura de Souza Aguiar, diretor de Técnica e Expansão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG, representando a presidente; Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos – Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, representando a diretora-geral; e Claudio Prates, presidente da Câmara Municipal de Montes Claros. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Tiago Cota – Ulysses Gomes.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 3/10/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.014/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a situação da Barragem de Irapé, que se encontra com baixo volume de água e apresenta processo preocupante de assoreamento decorrente do grande volume de areia que chega pelo Rio Jequitinhonha e de áreas de garimpo existentes na região de Diamantina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.391/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre a situação dos licenciamentos ambientais referentes às obras de duplicação da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.089, 7.094, 7.095, 7.115, 7.116, 7.130, 6.884, 6.885, 6.887, 6.888, 6.897 a 6.899, 6.912, 6.913, 6.988 a 6.990, 7.025 a 7.027, 7.033, 7.034, 7.048 a 7.050, 7.057, 7.083, 7.084 e 7.088/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.507 a 8.511 e 8.627/2017, do deputado Noraldino Júnior; 8.569, 8.571, 8.606, 8.611, 8.623, 8.628, 8.664 e 8.665/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 8.576 a 8.578, 8.580 a 8.584 e 8.586/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.590 e 8.626/2017, do deputado Coronel Piccinini; 8.603 a 8.605 e 8.607/2017, da Comissão de Direitos Humanos; 8.620/2017, do deputado Gustavo Santana; 8.632/2017, do deputado Thiago Cota; e 8.637/2017, do deputado Ulysses Gomes;

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a violação da Lei Complementar nº 127, de 2013, que fixa a carga horária semanal de trabalho dos militares estaduais, e a possível prática de crime militar, previsto no art. 213 do Decreto nº 1.001, de 1969, por parte dos comandantes da 1ª Região da Polícia Militar e da 127ª Companhia do 22º Batalhão da Polícia Militar.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 3/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.161/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.191/2017, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.856/2016, do deputado Braulio Braz.

Requerimentos nºs 8.133, 8.154, 8.293 e 8.640/2017, do deputado Bosco; 8.251/2017, do deputado Douglas Melo; 8.437/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; 8.440 e 8.757/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.556/2017, do deputado Adalclever Lopes; 8.573 e 8.643/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.624/2017, do deputado Anselmo José Domingos; e 8.629/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.272/2015, do deputado João Alberto; e 2.911/2015, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.312/2017, do deputado Bosco.

Requerimentos nºs 8.588/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.610/2017, do deputado Iran Barbosa; e 8.803/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.592/2016, do deputado Dirceu Ribeiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.165/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 8.609/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.612/2017, do deputado Duarte Bechir; e 8.622/2017, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.791/2016, do deputado Lafayette de Andrada.

Requerimento nº 8.788/2017, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e os deputados Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/10/2017, às 8h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/10/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a conscientização sobre a prevenção do câncer de mama por meio da campanha Outubro Rosa, realizada pelo Hospital Mário Penna, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2017.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/10/2017, às 19 horas, em Congonhas, com a finalidade de, em audiência pública, debater supostas alterações no alteamento da Barragem Casa de Pedra da CSN Mineração, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 4/10/2017, às 17h30min, à Ocupação Carolina Maria de Jesus, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer a situação da ocupação e de seus moradores.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.954/2016**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Corrêa, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Chapadinha, com sede no Município de Capelinha, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.954/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Chapadinha, com sede no Município de Capelinha.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto, ou seja, Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Chapadinha/Adjacências.

Quanto ao mérito, de acordo com esse mesmo estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, desenvolver trabalhos nas áreas de agricultura e pecuária, visando à melhoria socioeconômica de seus associados, de suas famílias e de outras da comunidade; e desenvolver atividades rurais levando em consideração a preservação do meio ambiente.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Chapadinha, com sede no Município de Capelinha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.954/2016, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2017.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.401/2017**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Paulo Guedes, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Município de Monte Azul, com sede no Município de Monte Azul, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.401/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Município de Monte Azul, com sede no Município de Monte Azul.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, organizar a produção e criar os mecanismos necessários para facilitar a comercialização justa dos bens gerados pela agricultura familiar; elaborar projetos e estabelecer parcerias, convênios e contratos com o poder público para que os produtos da agricultura familiar sejam utilizados pelos bancos de alimentos municipais, na preparação da merenda escolar do ensino público; realizar eventos de capacitação técnica destinados a promover o aumento da produtividade da agricultura familiar; implementar projetos de segurança alimentar e nutricional, de gestão ambiental e promoção social das comunidades rurais; proporcionar subsídios para governos locais, entidades da sociedade civil e movimentos sociais para a formulação e implementação de planos e projetos que tenham como objetivo beneficiar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento regional; proteger o meio ambiente, com atividades que visem conscientizar a população sobre a necessidade da adoção de práticas de conservação dos recursos naturais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Município de Monte Azul, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.401/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2017.

Deputado Fabiano Tolentino, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/10/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Jair Alves de Oliveira, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

nomeando Júlio César da Fonseca, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 19/9/2017, o servidor Luiz Antônio Ribeiro de Freitas, CPF nº 407.875.916/53, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Jornalista, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 25/9/2017, a servidora Diana Ceres de Oliveira Freire, CPF nº 469.562.556/34, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/10/2017, a servidora Helma Clark Hattler, CPF nº 451.961.506/25, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Taquígrafo, padrão VL-71, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/10/2017, o servidor Vamberto Luiz de Castro, CPF nº 289.850.106/97, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-66, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 80/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 144/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 18/10/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para a aquisição de materiais de pintura.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 2 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.